

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 28 DE DEZEMBRO DE 2007

---Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro de dois mil e sete, pelas 21H20M, reuniu a Assembleia Municipal de Azambuja, no Auditório Municipal do Pátio do Valverde, em Azambuja, com seguinte Ordem do Dia. -----

ORDEM DO DIA

Ponto 1 - Informação do Presidente da Câmara acerca da Actividade Municipal

Ponto 2 - Proposta nº 91/P/2007 – Alteração ao Quadro de Pessoal

Ponto 3 - Plano de Actividades e Orçamento para 2008 e Plano Plurianual de Investimentos 2008/2011

Ponto 4 - Proposta nº 95 /P/2007 – Alteração ao Quadro de Pessoal

Ponto 5 - Proposta nº 98 /P/2007 – Quadro de Pessoal do Regime do Contrato Individual de Trabalho e respectivo Regulamento

--- Presidiu à Mesa o seu Presidente, Senhor António Pratas Cardoso, e secretariaram a reunião o primeiro e segundo Secretários, Sr. Rui Augusto Nabais e a Sr.ª D. Maria de Fátima Duarte Alves de Brito Martins. -----

---Encontravam-se presentes os Deputados Municipais senhores António Batista Marques, António Luís Lavado dos Reis, António José Rodrigues, Pedro João Simões Cardoso, Francisco António Galvão Morgado, Helena Isabel Silva Mata, Herculano Valada Martins, Manuel Colaço Dias, João Manuel Couchinho, Joaquim Luís da Silva Borda D' Água, Joaquim Marques de Jesus Oliveira, José Fernandes Gonçalves Alexandre, José Joaquim Brás dos Santos, José Luís Marques dos Santos, Justino Cláudio de Oliveira, Lúcio Manuel Cardador Costa, Luís Eduardo Salvaterra da Silva, Luís Manuel Leandro da Silva, Manuel da Silva Simões Ramos, Maria Camila Agostinho Botão Mirradinho, Maria da Conceição Pinto Maurício de Sousa, Maria Manuela Leandro dos Santos Firmino, Nuno Miguel Brás Monteiro Gonçalves, Rafael Ramos dos Santos e Silvino José da Silva Lúcio. -----

---Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes os Senhores Joaquim António Sousa Neves Ramos, Presidente, Luís Manuel Abreu de Sousa, Vice-Presidente, José Manuel Isidoro Pratas, Marco António Leal Pereira, António José Fonseca Nobre e António José Costa da Cruz, Vereadores. ----

--- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal interveio para saudar todos os presentes e para informar da substituição dos Srs. António Montez Amaral e Hugo José Jansen Rodrigues Felizardo Caldeira dos Santos pelos Senhores, respectivamente, Pedro João Simões Cardoso e Manuel Colaço Dias. -----

Nesta sua intervenção o Sr. Presidente recordou e louvou o trabalho desempenhado neste Órgão pelo Sr. Deputado Hernâni Sequeira dias Ferreira, falecido no passado dia 9 de Novembro, tendo pedido um minuto de silêncio em sua memória. Apresentou também condolências ao Sr. Vice-Presidente pelo falecimento de sua mãe. -----

Seguidamente informou de estar constituída a Mesa, haver “quórum” e que, assim sendo, ia dar início aos trabalhos. Referiu também que por se tratar de uma reunião ordinária haveria dois períodos antes da ordem do dia, um para o Público e outro para os Senhores Deputados. -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

---- O Sr. Presidente da Mesa perguntou, então, se havia no público quem quisesse intervir. -----

---- Interveio o Sr. Calixto, munícipe, para perguntar qual o critério adoptado pela Câmara para colocar a população da freguesia de Vale do Paraíso a pagar a taxa de esgotos quando os mesmos ainda não estão ligados. Referiu que o Pavilhão de Vale do Paraíso afinal não foi inaugurado em 2007 como estava prometido. Acrescentou ter conhecimento de que iria haver uma comissão para o gerir pelo gostaria de saber qual a sua composição. Terminou felicitando o PS pela vitória do Dr. António Costa à Presidência da Câmara de Lisboa. -----

---- Seguidamente interveio o Sr. Macário, munícipe, para expor a situação do rombo no combro da Ribeira de Almoester, que nasce na zona do Cercal e passa por Manique do Intendente, prejudicando alguns fazendeiros. Alertou também para o facto de os esgotos das cadeias de Alcoentre estarem a correr para esta ribeira. Disse já ter dado conhecimento desta situação ao Ministério do Ambiente. Voltou a falar da antena para telemóveis colocada em Manique do Intendente. -----

O Sr. Macário quis também saber da resposta a um pedido que fez à Câmara para que todos os seus membros e da Assembleia Municipal sejam suas testemunhas no processo que lhe foi movido pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Manique do Intendente relativamente à dita antena. -----

---- Tomou a palavra o Sr. Joaquim Varino, também munícipe, para manifestar o seu agrado com o teor do comunicado emitido, no passado dia dez, pelo Sr. Presidente da Câmara sobre a construção de uma nova ETAR na zona dos Folgados abandonando assim a hipótese da ETAR da Maçussa para tratamento das águas residuais de Manique do Intendente e de Vila Nova de S. Pedro. Deste modo, o Abaixo-assinado recolhido de parte da população da Maçussa, que trazia consigo, deixou de fazer sentido. Alertou, no entanto, para as contrapartidas que terão de ser dadas para a realização desta obra. -----

---- Seguidamente interveio o Sr. António Pires, munícipe, para saber como foi possível licenciar-se uma superfície comercial junto a uma ribeira de esgotos que correm a céu aberto, não tendo sido previsto um sistema que levasse os esgotos para o outro lado do caminho de ferro, ou seja, a cerca de um quilómetro da ETAR de Azambuja. Quis também saber a razão de a Câmara ainda não ter feito pressão para que a antena que se encontra junto à escola de Vila Nova da Rainha fosse desactivada, uma vez que já é do conhecimento de todos o estudo efectuado pelo Ministério do Ambiente sobre os perigos que este tipo de antenas e linhas de alta tensão representam para a saúde. Alertou para o facto de os carros afectos às obras circularem nas ruas sem a devida sinalização pondo em causa a segurança das pessoas. -----

---- Interveio o Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas até então. Começou por referir que relativamente ao saneamento básico de Vale do Paraíso o critério é o global, isto é, todas as pessoas ligadas à rede, que desagua no emissário com acesso à ETAR, são taxadas da correspondente tarifa. As que ainda não estão, terão, elas próprias, de fazê-lo, obrigatoriamente. Os munícipes que se sentirem lesados devem dirigir-se à Câmara e expor a situação. Quanto ao pavilhão, o Sr. Presidente disse ter já explicado quer em reuniões de Câmara quer em reuniões de Assembleia Municipal anteriores, de que a obra ainda não estava em condições de ser inaugurada, uma vez que os arranjos exteriores estavam agora a ser executados. -----

Quanto à questão da Ribeira de Almoester, o Sr. Presidente da Câmara disse ter de se solicitar a intervenção de quem tem competência para intervir, que no caso é o Instituto da Água. -----

Em relação à antena informou de estar já devidamente legalizada, por licenciamento tácito. Esclareceu ainda que as comunicações rádio telefónicas e as redes de alta tensão não são a mesma coisa. O que se passa é que no caso das antenas que estão colocadas perto das estruturas habitacionais, como Manique, Azambuja, Vila Nova da Rainha, etc., existem certificações feitas às radiações das mesmas que indicam que, do ponto de vista técnico, não são perigosas e, portanto, é bom que estas situações fiquem perfeitamente clarificadas. -----

Relativamente aos assuntos focados pelo Sr. António Pires, o Sr. Presidente disse que as licenças para as grandes superfícies são da responsabilidade do Ministério da Economia e não da Câmara, informou, no entanto, de já estarem a ser montadas as máquinas que irão tirar definitivamente os esgotos da ribeira

do Valverde. Sobre os carros de obra descaracterizado, disse que a fiscalização a estes veículos é da competência da GNR. -----

---- Interveio o Sr. Joaquim Marques, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova da Rainha, para informar o Sr. Pires, ainda sobre a antena, de que todos os anos são medidos os valores pelas entidades e competentes e entregues às professoras. -----

---- Terminadas as intervenções do público, o Sr. Presidente da Mesa informou de que a correspondência chegada à Assembleia estava à disposição dos Senhores Deputados para consulta. Mais informou de que iria colocar à votação duas actas datadas de 5 de Julho e 28 de Setembro de 2007, respectivamente. Concluída a votação, ambas foram aprovadas por maioria com 25 votos a favor e 2 abstenções. -----

Posto isto, o Sr. Presidente deu início ao período Antes da Ordem do Dia para os Senhores Deputados. –

---- Interveio o Sr. Deputado Francisco Morgado dizendo ter chegado ao seu conhecimento que a Escola Grandella em Tagarro se encontrava à venda na Internet, informação que ele mesmo confirmou, pelo que gostaria de saber se a Câmara também já é conhecedora deste facto. -----

---- O Sr. Deputado João Couchinho interveio também para ser esclarecido sobre algumas questões. ----
Relativamente ao comunicado à população emitido pelo Sr. Presidente da Câmara sobre a Águas do Oeste, anteriormente mencionado pelo município da Maçussa, perguntou se essa opção vem no seguimento da oferta feita pelo Sr. Manuel Naca (Manuel Colaço) do terreno para a implantação da ETAR e, em caso positivo, se tem havido conversações com o respectivo município. Disse ter analisado o PIDDAC para o Concelho de Azambuja e verificou que, mais uma vez, este apenas menciona o apoio à Colónia Penal de Alcoentre, pelo que lamenta que a proposta da CDU, através dos Deputados do Partido Comunista da Assembleia da República, que contemplava a recuperação do Palácio Pina Manique, a variante à E.N. 366 em Aveiras de Cima e uma extensão de saúde para Vila Nova da Rainha, tivesse tido votação contra por parte dos Grupos do PS e do PSD. -----

---- Seguidamente interveio o Sr. Deputado António Lavado dos Reis começando por dizer que na freguesia de Aveiras de Cima existem algumas caixas, pertença quer da PT quer da EDP, que se encontram danificadas pondo em risco a segurança da população, em particular crianças, pelo que gostaria de saber se a Câmara pode ter alguma intervenção na resolução desta situação. Pretendeu saber o que é que vai ficar escrito na fachada da Escola Grandella em Aveiras de Cima. Abordou outras situações como as constantes falhas de energia eléctrica, o aumento das taxas de saneamento básico, a redução de um médico no Posto de Aveiras de Cima, as condições da sala de espera dos doentes no Centro de Saúde de Azambuja e, por último, pretendeu saber qual a situação dos projectos e respectivos postos de trabalho tão aguardados para o nosso Concelho. -----

---- Tomou a palavra o Sr. Deputado Silvino Lúcio para apresentar uma Moção sobre a alteração à Lei Eleitoral, que passou a ler em voz alta: -----

“MOÇÃO -----

---- **Considerando as notícias que têm vindo a público de um entendimento entre o Partido Socialista e o Partido Social Democrata, no que respeita à Lei Eleitoral para as Autarquias Locais e a entrar já em vigor no próximo Acto Eleitoral (2009).** -----

Considerando que as alterações propostas vão, de certa forma, vedar os Presidentes das Freguesias de votar o Plano, Orçamento e P.P.I., assim como se veda o direito de votar a Proposta do Presidente de Câmara na apresentação da composição da mesma, e no caso de existir uma moção de censura, os parâmetros são idênticos. -----

Considerando que a ser aprovada esta Lei é, no nosso entendimento, um retrocesso em termos de democracia representativa. -----

Propõe-se que a Assembleia Municipal delibere manifestar-se junto dos Órgãos de Soberania, e de todos os Partidos Políticos com assento no Assembleia da República, contra

esta alteração, que nos parece um atentado à Democracia e ao Poder Local Democrático. ----

Azambuja, 28 de Dezembro de 2007 -----

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista” -----

---- A Sra. Deputada Conceição Maurício iniciou a sua intervenção felicitando o Sr. Presidente da Câmara pela decisão de construir a ETAR em Vila Nova de S. Pedro. Seguidamente referiu-se às situações do aumento da factura da água por via da taxa de saneamento e do emprego no Concelho. Salientou que o desemprego não só se deve à falta de emprego como também ao trabalho precário, com salários de cerca de 500 euros mensais, que não permite às pessoas terem uma vida digna. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Justino Oliveira para dizer que a Câmara aprovou o regulamento que obriga os municípios a fazerem a ligação dos seus esgotos à ETAR mas não divulgou essa informação. Pretendeu saber quem pagou as ligações dos ramais domésticos à rede nova que, a Câmara está a construir. Perante esta situação disse parecer-lhe que quem não reclamar não é obrigado a fazer a ligação e a quem reclamar será exercida uma certa coação para que a faça. -----

Relativamente à Escola Grandella de Tagarro, uma vez que vai ser vendida, pergunta o que irá ser feito ao espaço que a Câmara lá tem reservado. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara interveio para responder às questões colocadas. -----

Sobre a Escola Grandella de Tagarro disse ter tomado conhecimento dessa venda também pela Internet. Foram consultadas as condições da hasta pública e do contrato que refere que a Câmara em qualquer circunstância de venda do direito de superfície, e não a venda da Escola porque é propriedade de Câmara, tem sempre o direito de preferência pelo que qualquer tentativa de venda a privados está assegurada. Para além do mais, esta questão já transitou para análise do advogado da Autarquia. A situação da Escola Grandella não está regularizada. Existem premissas que constam das obrigações contratuais com o superficiário da Escola, que foram devidamente acauteladas aquando da hasta pública, e que não foram cumpridas pelo que é necessário averiguar se há matéria ou não para reverter o respectivo direito de superfície. A Escola não é vendável. -----

Relativamente às questões do PIDDAC, o Sr. Presidente esclareceu que mal conheceu o conteúdo da proposta tomou de imediato uma posição. Foram feitos ofícios para Ministros e Grupos Parlamentares da Assembleia da República manifestando-se contra esta decisão. -----

Quanto às caixas da PT e da EDP o Sr. Presidente disse que irá ver o que se passa e notificar as concessionárias. Sobre que ficará escrito na Escola Grandella em Aveiras de Cima, informou de que será o que já estava anteriormente. -----

No que diz respeito ao emprego, o Sr. Presidente referiu que o que poderá ser feito é influenciar e criar estratégias que permitam o desenvolvimento criador de trabalhos qualificados. A Câmara irá lançar uma campanha, que está em fase preparatória, de divulgação e promoção do Concelho ao nível de atractivos de investimento. Como trabalho prévio foram já entrevistados os cerca de 40 principais promotores do Concelho para saber das suas intenções de investimento. -----

Sobre o saneamento básico, o Sr. Presidente esclareceu que paga a tarifa quem estiver ligado à rede de saneamento básico objecto de tratamento. Os serviços fizeram um levantamento exaustivo em todas as situações, embora a confusão seja muito, uma vez que não há cadastro nem qualquer registo, pelo que a preocupação é aplicar a tarifa de saneamento apenas àquelas situações em que, de acordo com referido levantamento, já estão ligadas à rede nova e, por isso, se apela às pessoas, que sintam que estão a ser taxadas injustamente, que venham fazer a reclamação à Câmara. A tarifa de saneamento foi criada em 2004 e suspensa a sua aplicação até estarem em funcionamento as estações de tratamento de águas residuais e que é de €1 mais 30% do consumo de água para consumidores domésticos e de € 3 mais 50% para os consumidores comerciais ou industriais. Há também uma tarifa especial para as pessoas com rendimento mínimo, que é metade da tarifa normal dos consumos domésticos. -----

O Sr. Presidente esclareceu também que, em princípio, só quem tem redes novas é que terá de pagar o ramal. Os ramais onde foi feita a utilização da rede de águas residuais e onde foi construída uma nova rede a Câmara suportou as despesas porque as pessoas já haviam pago, pelo que não iriam pagar segunda vez. Resumindo, quem tiver ligação nova paga, quem tiver ligação substituída não paga. -----

--- Interveio a Sra. Deputada Maria Manuela Firmino para perguntar se Manique do Intendente fica sem o Posto da GNR a partir de 2 de Janeiro próximo. Colocou também outras questões como os esgotos que

estão a correr a céu aberto nesta Localidade, a falta de condições do mercado diário, a iluminação pública e as estradas. -----

--- A Sra. Deputada Conceição Maurício interveio para dizer que a pró-actividade é prática corrente em alguns Concelhos do País, desde a CDU ao PS e PSD. Concordou que a campanha é uma boa solução, só que quem vier à procura de terrenos na zona industrial Aveiras de Cima / Alcoentre, cuja maioria é pertença da RENIT, encontra preços tão elevados que prefere investir no Concelho do Cartaxo que não fica muito longe de Aveiras. A Sra. Deputada disse ainda saber o valor da tarifa, pretendia era que a mesma fosse revista, e a redução prevista para os reformados só se verifica se os mesmos não tiverem prédios em seu nome. Voltou a pedir a resposta ao requerimento em que é solicitada a relação das facturas que são devidas à Aguas do Oeste. -----

--- Interveio o Sr. Deputado Manuel Colaço para dizer que ofereceu terreno para a ETAR e não a propriedade e no caso de a Câmara estar interessada terá que ir até ele para ser identificado o referido terreno. Aproveitou para falar sobre a empreitada das calçadas feita em Vila Nova de S. Pedro que, segundo referiu, não ficou em boas condições. -----

--- Seguidamente interveio o Sr. Deputado Luís Leandro querendo ser esclarecido sobre algumas questões, nomeadamente, o que se passou na EMIA relativamente à compra de quotas e o consumo de água não pago durante onze meses pelo Restaurante Valverde. Ainda sobre o Restaurante Valverde disse que, ao analisar uma lista das dívidas da Câmara e o Relatório e Contas de 2005, verificou que enquanto o restaurante acumulava mensalmente as rendas por pagar a Câmara ia pagando as facturas à empresa Páteo do Valverde, pelo que perguntou se a leitura que fez destes documentos estará correcta. -----

--- O Sr. Deputado António José Rodrigues tomou a palavra para, em primeiro lugar, sugerir que fosse feita uma permuta com o Sr. Manuel Naca, ou seja, o município cede o terreno para a nova a ETAR e a Câmara em troca cede-lhe o terreno em que está feita a antiga. Seguidamente teceu alguns comentários sobre um artigo publicado no Jornal Mirante relativamente ao custo de algumas obras em Vila Nova de S. Pedro. E por fim, referiu-se também à Moção apresentada pelo PS dizendo que não há nada que justifique esta alteração à Lei Eleitoral nos termos em que são propostos. -----

--- O Sr. Presidente da Câmara interveio novamente. -----
Sobre o Posto da GNR disse não haver qualquer indicação de o mesmo ir fechar apesar de estar extinto desde 2000. No entanto, acerca de dois meses, o Sr. Presidente escreveu ao Sr. Ministro da Administração Interna dizendo que, conforme combinação estabelecida com o Ministério e os Comandos da GNR, a antiga Escola Básica estava disponível para a referida transferência mas, até ao momento, ainda não lhe tinha sido dada resposta. Quanto aos esgotos que correm a céu aberto no Paul de Manique informou de que esta situação só se resolverá quando houver a ETAR, que servirá Manique, e o respectivo emissário. -----

O Sr. Presidente informou ainda ser intenção da Câmara comprar as quotas da EMIA no próximo ano. A razão deve-se ao facto de irem fazer operações mais avançadas com a aquela empresa e que implicam um empolamento do seu património, pelo que só poderão ser efectuadas quando o capital da EMIA for cem por cento municipal. -----

Sobre o Restaurante Valverde, o Sr. Presidente informou de que as rendas atrasadas têm estado a ser pagas pelo actual proprietário. Quanto à dívida da água disse ter sido feita a média aos meses em que não houve consumo e aos meses subsequentes, uma vez que não havia contador específico, tendo o pagamento sido efectuado, pelo que não há qualquer espécie de dívida de água por parte do concessionário do restaurante. -----

--- O Sr. Presidente da Assembleia interveio para colocar à votação a Moção apresentada pelo Grupo do PS, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 25 votos a favor e 3 abstenções. -----
--- Seguidamente interveio o Sr. Deputado Herculano Martins para dizer que o Sr. Presidente da Câmara teria referido que o problema do esgoto que corre a céu aberto junto à padaria em Manique do Intendente ia ser resolvido brevemente. Depois, perguntou se a Câmara tem conhecimento do aumento do preço, em cerca de 50%, que a SOLIMPA está a praticar na limpeza das fossas e se, apesar de não estar contemplado no PIDDAC, as obras do Palácio Pina Manique irão arrancar no início do ano. -----

--- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Assembleia para informar da chega à Mesa de dois requerimentos do PSD. Um a requerer que lhes seja fornecida cópia da documentação relativa à regularização do pagamento dos meses em que foi fornecido abastecimento de água e serviços relacionados à Empresa concessionária do Restaurante Páteo do Valverde e, outro, a requerer uma relação de toda a facturação emitida à Câmara Municipal de Azambuja pela Empresa Páteo Valverde-Restaurantes, Lda., bem como dos pagamentos efectuados pela Câmara à referida empresa. -----
Posto isto, o Sr. Presidente disse que iria dar início à Ordem de Trabalhos. -----

ORDEM DO DIA

PONTO 1 – INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL

--- O Sr. Presidente da Câmara interveio para fazer uma breve exposição da matéria constante deste ponto. -----

--- Interveio o Sr. Deputado Silvino Lúcio para perguntar em que situação está a questão do PROT. -----

--- O Sr. Presidente da Câmara interveio para dizer que a primeira versão preliminar está concluída e que tem até ao fim do mês de Janeiro para a Comissão de acompanhamento do PROT colocar as questões que entenda, ficando, no entanto, decidido nas últimas reuniões que, enquanto não houver uma decisão relativa à localização do novo aeroporto internacional, não se dariam passos decisivos nesta matéria, uma vez que todo o PROT tem vindo a ser feito na perspectiva da opção OTA. Se for esta a opção entra imediatamente em discussão pública, se a opção for Alcochete todos os estudos do PROT terão que ser reformulados. -----

--- Interveio o Sr. Deputado António Lavado dos Reis para saber como é que vai ficar a situação da rotunda na E.N. 366, junto à CLC, se o aeroporto não vier para OTA. -----

--- O Sr. Presidente da Câmara interveio para dizer que, em princípio, a decisão sobre o aeroporto será conhecida em Janeiro, sendo que aguardará pela mesma. -----

--- Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

Ponto 2 - PROPOSTA Nº 91/P/2007 – ALTERAÇÃO AO QUADRO DE PESSOAL -----

--- O Sr. Presidente da Câmara fez a apresentação da matéria constante deste ponto. -----

--- Não havendo intervenções o Sr. Presidente da Assembleia colocou esta proposta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com 24 votos a favor dos Grupos do PS e da CDU e 4 abstenções do PSD. ---
Seguidamente o Sr. Presidente informou da chegada à Mesa de um requerimento do Grupo do PS para que os trabalhos só terminem depois de esgotados todos os pontos constantes na Ordem do Dia. O Requerimento foi colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria, com 20 votos a favor e 8 votos contra. -----

Seguiu-se um pequeno intervalo de dez minutos. -----

Retomados os trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte. -----

Ponto 3 - PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2008 E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2008/2011 -----

--- O Sr. Presidente da Câmara interveio para fazer uma breve apresentação desta matéria. -----

--- Interveio a Sra. Deputada Conceição Maurício para colocar algumas questões, designadamente, manifestar o seu protesto pelo facto de a Câmara não ter consultado a Comissão para o Plano e Desenvolvimento, à qual preside, antes de submeter este documento à apreciação da Assembleia Municipal. Depois referiu que 10,7% deste orçamento, que já é parco, está afecto especificamente à Vila

de Azambuja, em verbas definidas. Em relação às obras cabimentadas relativas a redes de saneamento discriminadas no P.P.I., e estando a decorrer o concurso para a concessão das águas em baixa, pergunta se estas obras não estavam previstas no plano de investimentos da concessionária e, em caso afirmativo, como é que a Câmara tenciona compatibilizar a execução das mesmas com o referido concurso. Sobre o desenvolvimento económico do Concelho referiu que o mesmo não tem qualquer tradução orçamental na medida que todas as acções se baseiam num plano de intenções. -----

--- O Sr. Deputado Justino Oliveira interveio para perguntar se o desenvolvimento das parcerias abrange as três colectividades de Aveiras de Cima, a Filarmónica, o Grupo Desportivo e a Casa do Povo. Pediu também alguns esclarecimentos sobre o lançamento das bases para a urbanização em espaço público do miolo de Aveiras de Cima, os arranjos da rotunda em vale do Brejo, a rede de esgotos na Rua de S. Martinho e do Vale Coelho e a rede de drenagem no miolo de Aveiras de Cima. -----

--- O Sr. Deputado João Couchinho tomou a palavra para dizer que a CDU vai votar contra este plano e orçamento. -----

--- O Sr. Presidente da Câmara, em resposta às perguntas que lhe foram colocadas, começou por referir que os 10,7% do orçamento afectos à Vila de Azambuja não é muito uma vez que esta vila detém cerca de 1/3 a ¼ da população do Concelho, sendo que as duas grandes verbas são financiadas pelo POLIS. Relativamente ao saneamento, o Sr. Presidente adiantou que, por lei, não se pode fazer um orçamento baseado em questões que não se concretizaram, pelo que na previsão das receitas também não foram consideradas as provenientes da concessão. Sobre o desenvolvimento económico do Concelho, disse que não se trata de intenções mas sim de acções concretas, conforme consta neste documento na parte que se refere a Gabinete de Actividades Económicas. -----

Relativamente às colectividades, mencionadas pelo Sr. Deputado Justino de Oliveira, o Sr. Presidente disse estar a perspectivar-se a montagem de uma operação, que diz respeito a algumas colectividades do Concelho, e que permita fazer um protocolo de construção de infraestruturas. Quanto ao lançamento das bases para a recuperação do miolo de Aveiras de Cima, o Sr. Presidente esclareceu que se estão a estabelecer contactos com os proprietários daqueles terrenos e, de acordo com os termos da nova lei do sector empresarial do Estado, é intenção da Câmara constituir uma sociedade anónima por concurso público, em que a EMIA participa, para a realização desta obra. -----

--- Interveio o Sr. Deputado Silvino Lúcio para perguntar se o projecto de investimento turístico que está previsto para o Alto Concelho não será também um pólo catalizador de emprego. -----

--- O Sr. Presidente da Câmara, em resposta ao Sr. Deputado Silvino Lúcio, informou de que a promoção e a atracção de investimentos para o Concelho faz-se, muitas vezes, através de um conjunto de atitudes que não é traduzida em termos de plano de actividades e orçamento, é uma questão de relações públicas e de outras situações. Mais informou haver, de facto, um grande projecto que envolve quatro freguesias do norte do Concelho abrangendo cerca de 4.000 hectares. Este projecto já foi colocado no PROT como um pólo de turismo emergente, baseado em campos de golf, hotéis, zonas de residenciais, hipódromos e outras actividades complementares. Irá ser apresentado em Fevereiro como Projecto PIN Mais à Agência Portuguesa de Investimento. O Sr. Presidente referiu, no entanto, que só irá falar do projecto quando o mesmo lhe for apresentado formalmente. -----

--- Não havendo mais intervenções o Sr. Presidente da Assembleia colocou à votação o Plano para 2008, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com 17 votos a favor do Grupo do PS, 7 votos contra dos Grupos da CDU e do PSD e 1 abstenção do PSD. -----

Seguidamente foi colocado à votação o Orçamento para 2008, tendo sido também aprovado por maioria, com 17 votos a favor do PS, 7 votos contra da CDU e do PSD e 1 abstenção do PSD. -----

PONTO 4 - PROPOSTA Nº 95 /P/2007 – ALTERAÇÃO AO QUADRO DE PESSOAL

--- O Sr. Presidente da Câmara interveio para fazer a apresentação desta proposta. -----

--- Não havendo intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 21 votos a favor dos Grupos do PS e da CDU e 4 abstenções do PSD. -----

PONTO 5 - PROPOSTA Nº 98 /P/2007 – QUADRO DE PESSOAL DO REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO E RESPECTIVO REGULAMENTO

---- Interveio o Sr. Presidente da Câmara para fazer a apresentação da matéria constante desta proposta.
---- A Sra. Deputada Conceição Maurício interveio para perguntar da necessidade de se criar um quadro privativo em vez de os trabalhadores serem integrados no quadro da Câmara Municipal. -----
---- O Sr. Presidente Câmara esclareceu que as diferenças básicas dizem respeito ao regime de segurança social. -----

---- Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com 17 votos a favor do PS, 4 votos contra da CDU e 3 abstenções do PSD. -----

ACTA – APROVAÇÃO POR MINUTA

---- A Senhora 2ª Secretária da Mesa passou à leitura, em voz alta, da minuta da acta da presente reunião, findo o que foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----
----Esta acta foi aprovada por minuta no final da reunião, por a Assembleia Municipal o ter deliberado, nos termos do nº 3, do artº 92º, da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

ENCERRAMENTO

----Era uma hora e vinte e cinco minutos do dia vinte e nove de Dezembro de dois mil e sete, quando o Sr. Presidente da Mesa, fazendo uma breve alusão aos tempos utilizados, deu por encerrada a reunião. --
---- Para constar se lavrou a presente acta em minuta, a qual depois de distribuída por todos os membros, foi assinada pela Mesa. -----